

NARCOGARIMPO E (IN)SEGURANÇA NA AMAZÔNIA: militarização, crime organizado e resistências indígenas na terra indígena yanomami

***NARCO-MINING AND (IN)SECURITY IN THE AMAZON: militarization,
organized crime and indigenous resistance in the yanomami territory***

Gabriel Pedro Moreira DAMASCENO¹
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Nickolas Gomes de Sá OLIVEIRA²
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Camille Gomes da SILVA³
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Resumo: O presente artigo analisa o fenômeno do narcogarimpo na Terra Indígena Yanomami (TIY), compreendido como a articulação entre o garimpo ilegal e o narcotráfico, com forte presença de facções criminosas. A pesquisa investiga em que medida as políticas de segurança baseadas na militarização contribuem para a reprodução dessas dinâmicas, à luz da teoria crítica de segurança de Paul Amar. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo, de caráter exploratório e analítico, fundamentado em revisão bibliográfica e análise documental de relatórios institucionais e produções de organizações indígenas. Os resultados indicam que a

¹ Professor do Curso de Relações Internacionais da UFRR. Professor do Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais - PRONAT da UFRR. Pós-doutor em Direito pela UFU. Doutor em Direito Público pela UNISINOS. Coordenador do Laboratório de Diplomacias Indígenas (LADI/UFRR). Coordenador Geral do Centro de Monitoramento e Proteção Territorial da Terra Indígena Yanomami (CPTY/UFRR) – E-mail: gpmdamasceno@hotmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7742-3891>.

² Doutor em Relações Internacionais pelo IRI PUC-Rio. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade da Amazônia (2018) e mestre em Relações Internacionais pela UNILA (2022) – E-mail: nickolasdesa1@gmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1648-6223>.

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima (2026) – E-mail: millesilvagomes@gmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-9061-1236>.

abordagem estatal centrada na repressão não apenas falha em conter o narcogarimpo, como também aprofunda desigualdades e vulnerabilidades, especialmente entre populações indígenas e migrantes. Em contraposição, o artigo destaca a relevância das epistemologias indígenas, que concebem a segurança de forma integrada à vida, ao território e à cosmologia. Conclui-se que o enfrentamento do narcogarimpo exige políticas públicas estruturais que articulem justiça social, proteção ambiental e respeito à autonomia dos povos originários, superando a lógica militarizada de segurança.

Palavras-chave: Narcogarimpo. Segurança. Terra Indígena Yanomami.

Abstract: This article analyzes the phenomenon of narco-mining in the Yanomami Indigenous Territory (YIT), understood as the articulation between illegal mining and drug trafficking, with strong involvement of criminal organizations. The study examines how militarized security policies contribute to the reproduction of these dynamics, based on Paul Amar's critical security theory. Methodologically, this is a qualitative, exploratory, and analytical study, grounded in bibliographic review and documentary analysis of institutional reports and materials produced by Indigenous organizations. The findings indicate that state approaches centered on repression not only fail to contain narco-mining but also deepen inequalities and vulnerabilities, particularly among Indigenous peoples and migrants. In contrast, the article highlights the relevance of Indigenous epistemologies, which understand security as inseparable from life, territory, and cosmology. It concludes that addressing narco-mining requires structural public policies that integrate social justice, environmental protection, and respect for Indigenous autonomy, moving beyond militarized security frameworks.

Keywords: Narco-mining. Security. Yanomami Indigenous Territory.

Introdução

O narcogarimpo é uma dinâmica criminosa em que organizações utilizam o garimpo ilegal para financiar atividades relacionadas ao tráfico de drogas⁴. Entre as principais facções

⁴ Embora o conceito de “narcogarimpo” seja cada vez mais utilizado em relatórios institucionais, estudos acadêmicos e discursos de segurança pública para descrever a articulação entre garimpo ilegal e narcotráfico, trata-se de uma categoria ainda em consolidação (tanto analítica, quanto politicamente). No presente trabalho, seu uso busca evidenciar a crescente convergência entre economias ilícitas, rotas logísticas e organizações criminosas na Amazônia, especialmente em áreas de fronteira. Contudo, é necessário cautela para que a categoria não produza uma homogeneização excessiva das dinâmicas do garimpo ilegal nem reforce interpretações exclusivamente securitárias sobre a região. Por isso, de antemão ressalta-se que a presença de facções criminosas no garimpo não implica necessariamente uma estrutura única, centralizada ou uniforme de atuação, mas revela redes complexas, fluidas e territorialmente variáveis de cooperação, disputa e financiamento ilícito. Assim, o conceito de narcogarimpo é utilizado neste trabalho não como categoria fechada, mas como ferramenta analítica voltada à compreensão das intersecções entre economias ilegais, violência armada, controle territorial e vulnerabilização social na Amazônia.

NARCOGARIMPO E (IN)SEGURANÇA NA AMAZÔNIA

criminosas que atuam na Terra Indígena Yanomami (TIY) no estado de Roraima estão o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), reconhecidas por sua participação em crimes como o tráfico de drogas, contrabando de armas e, mais recentemente, o narcogarimpo (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022). Essa prática combina a extração irregular de recursos minerais, especialmente ouro em áreas protegidas, como terras indígenas, com o uso dos lucros obtidos para financiar operações de tráfico, lavagem de dinheiro e expansão territorial (Chagas, 2024).

A demarcação da TIY foi homologada a partir do decreto nº 780, de 25 de maio de 1992, demarcando a região localizada nos Municípios de Boa Vista, Alto Alegre, Mucajaí e Caracaraí, Estado de Roraima e Santa Izabel do Rio Negro, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, caracterizada como de ocupação tradicional e permanente indígena (Brasil, 1992). Roraima tem destaque por fazer fronteira com a Venezuela e a República Federativa da Guiana, o que facilita o escoamento de recursos e drogas para outras regiões da América do Sul⁵.

O narcogarimpo tem se consolidado como uma das principais frentes de expansão das facções criminosas na TIY. Essas organizações utilizam o garimpo não apenas como fonte de financiamento, mas também como mecanismo para a lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de drogas e de outras atividades ilícitas. Essa dinâmica resulta em uma complexa rede de controle territorial, com implicações diretas na segurança pública, na degradação ambiental e na fragmentação cultural dos povos indígenas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022).

A dinâmica do narcogarimpo não deve ser analisada de forma isolada, mas de maneira abrangente, considerando suas dimensões logísticas, políticas e econômicas. Para além da dimensão estatal, é necessário compreender também os desdobramentos sociais e culturais que incidem sobre os povos indígenas. O narcogarimpo configura-se como uma fusão entre o garimpo e o narcotráfico, sustentada pela articulação de múltiplos agentes e frentes que garantem sua expansão (Chagas, 2024). Trata-se de uma prática que se apoia na destruição sistemática dos povos originários, não apenas em seu território físico, mas também em sua

⁵ Segundo Chagas (2024), um relatório do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), datado de 1990, já previa essa dinâmica na região.

estrutura social. Assim, o narcogarimpo é alimentado por uma população migrante vulnerável, por comunidades indígenas fragmentadas e por um Estado historicamente marcado pela exploração predatória do ouro e pela corrupção.

Diante desse cenário, a solução passa pela proteção integral da TIY, pelo fortalecimento das lideranças locais e pela garantia dos direitos dos povos originários, frequentemente ameaçados por agentes políticos.

Levando em consideração o cenário exposto, a pergunta que guia esta pesquisa é: como a militarização e as políticas de segurança estatal, à luz da teoria crítica de Paul Amar, contribuem para a reprodução das dinâmicas do narcogarimpo na Terra Indígena Yanomami, e em que medida a incorporação de perspectivas indígenas de segurança pode oferecer alternativas a esse modelo?

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, voltada à compreensão das dinâmicas do narcogarimpo TIY. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental, mobilizando produções acadêmicas, relatórios institucionais e documentos de organizações da sociedade civil.

O trabalho fundamenta-se na perspectiva crítica de segurança proposta por Paul Amar (2013), a partir da qual são analisadas as limitações das políticas estatais baseadas na militarização e na securitização. Essa abordagem permite problematizar as formas pelas quais o Estado atua na Amazônia, evidenciando seus efeitos seletivos e suas implicações na reprodução de desigualdades.

No plano empírico, são utilizados dados secundários provenientes de relatórios de instituições como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto Socioambiental, bem como documentos produzidos por organizações indígenas, como a Hutukara Associação Yanomami. Esses materiais possibilitam a análise das dinâmicas do narcogarimpo, seus impactos socioambientais e suas articulações com o crime organizado. A seleção das fontes considerou sua relevância temática, proximidade com o contexto empírico analisado e capacidade de evidenciar diferentes perspectivas sobre segurança, território e violência. Além disso, os documentos produzidos por organizações indígenas não são compreendidos apenas como registros descritivos, mas como formas situadas de produção de conhecimento e denúncia

NARCOGARIMPO E (IN)SEGURANÇA NA AMAZÔNIA

política, fundamentais para compreender as experiências e interpretações indígenas acerca da proteção territorial e das dinâmicas do narcogarimpo.

Além disso, o artigo incorpora uma perspectiva interpretativa ancorada em epistemologias indígenas, especialmente a partir da obra de Kopenawa e Albert (2015), buscando compreender as concepções de segurança, territorialidade e vida a partir dos próprios povos afetados. Dessa forma, a metodologia articula análise teórica crítica e interpretação qualitativa de fontes secundárias, com o objetivo de compreender o fenômeno do narcogarimpo em sua complexidade social, política e cultural. Essa perspectiva permite deslocar o foco do Estado abstrato, predominante nos estudos de segurança internacional, para as pessoas concretas – suas experiências, cosmovisões, identidades, corporalidades e posições no sistema internacional.

1. Narcogarimpo na Amazônia

A presença do narcogarimpo na Amazônia, particularmente na TIY, tem ganhado destaque nos últimos anos. De acordo com o relatório Cartografias da Violência na Amazônia publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), há mais de 22 facções criminosas atuando nos estados da Amazônia Legal. O PCC, por exemplo, não apenas opera no interior do Brasil, mas também em países fronteiriços como Guiana Francesa, Venezuela e Bolívia. Já o CV estabeleceu-se em Roraima entre 2012 e 2013, por meio da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC), após a transferência de detentos para a região (Chagas, 2024).

A Amazônia é uma área estratégica para o escoamento de drogas e outros ilícitos, o que a torna alvo de disputas intensas entre facções. Além disso, a região abriga facções criminosas de países vizinhos que, por vezes, cooperam com as brasileiras ou agem de forma independente (Chagas, 2024). Essa dinâmica afeta diretamente a política local e tem consequências profundas para as populações urbanas, rurais e comunidades indígenas. O impacto dessas organizações é visível no aumento da violência, como exemplificado pelo massacre ocorrido em outubro de 2016, na PAMC, considerado um dos episódios mais mortais da história do sistema carcerário

NARCOGARIMPO E (IN)SEGURANÇA NA AMAZÔNIA

do Brasil e do mundo (Manso; Dias, 2018). Nesse caso, oito líderes do PCC foram responsáveis pelo assassinato de 33 presos, que foram esquartejados e decapitados (G1, 2021).

A disputa pelo domínio do narcogarimpo intensifica os conflitos armados, agravando a violência em comunidades vulneráveis e forçando populações indígenas a abandonarem suas terras ou a se submeterem à exploração (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022). Além disso, o uso de mercúrio na extração ilegal contamina rios, comprometendo a biodiversidade e a saúde de comunidades que dependem diretamente desses recursos naturais (Instituto Socioambiental, 2021). Nesse contexto, a atuação do crime organizado na Amazônia não só amplia os desafios sociais e ambientais da região, como também evidencia a necessidade de uma resposta governamental integrada para combater essas atividades ilegais.

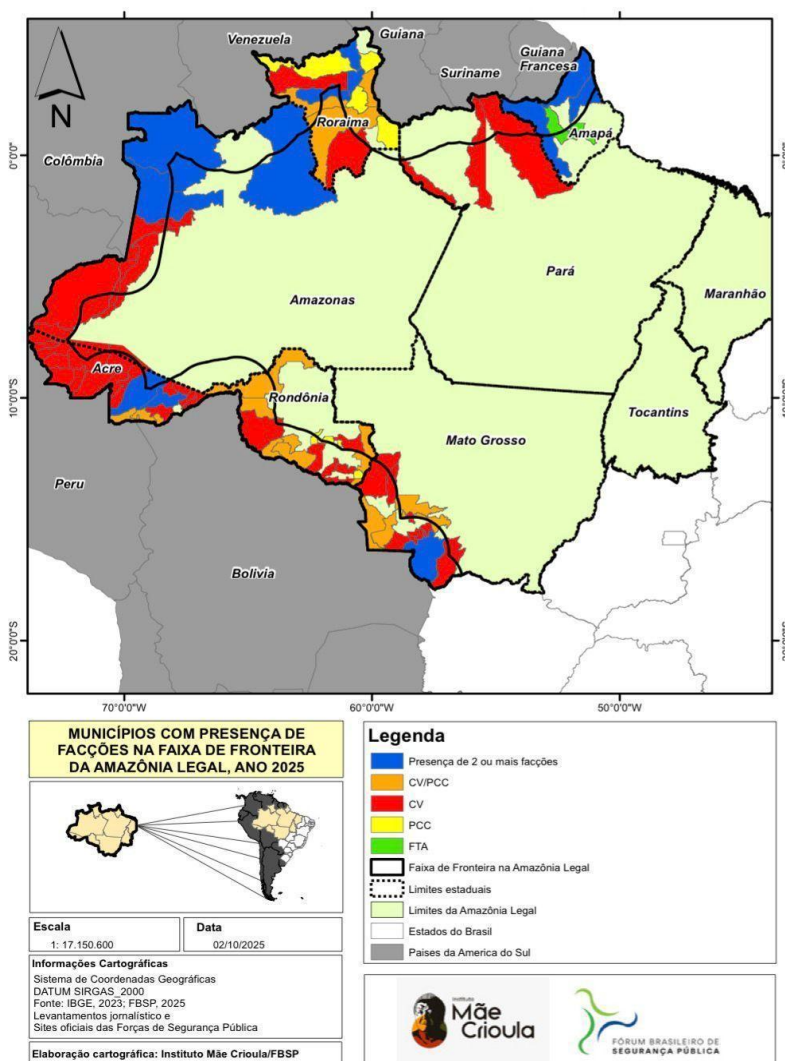
O garimpo ilegal envolve uma ampla rede de aeroportos clandestinos, lavagem de dinheiro, corrupção de agentes públicos e políticos locais, entre outros mecanismos (Chagas, 2024). Essa infraestrutura é utilizada tanto para o escoamento do ouro ilegal quanto, posteriormente, pelo narcotráfico, que se aproveita das mesmas rotas e esquemas logísticos para o transporte de drogas. Além disso, os pontos de garimpagem tornaram-se também importantes mercados de consumo de drogas, álcool e prostituição. Do ponto de vista das facções criminosas, o narcogarimpo representa uma atividade extremamente atrativa, especialmente para o CV e o PCC, organizações que já exercem influência em diversas regiões do Brasil, da América Latina e até mesmo da Europa (Chagas, 2024; Mendroni, 2016).

A presença dessas facções foi potencializada em 2019, ano considerado um marco para o fortalecimento do narcogarimpo em Roraima. No primeiro semestre daquele ano, mesmo sem possuir nenhuma lavra autorizada, o estado exportou R\$48,7 milhões em ouro para a Índia (Instituto Socioambiental, 2022). Além disso, os Yanomami da comunidade de Palimiu relataram mudanças no comportamento dos garimpeiros a partir de 2019: surgiram homens encapuzados, armados com pistolas e fuzis, adotando posturas mais agressivas e violentas. Há também relatos de invasões a residências por garimpeiros alcoolizados e de episódios de assédio a mulheres indígenas (Instituto Socioambiental, 2022). Com base nesses relatos e nos dados disponíveis, é possível afirmar que 2019 marcou um ponto de inflexão na presença e na atuação de facções criminosas no garimpo ilegal da TIY, sendo exemplificado pelo aumento expressivo da exportação de ouro no mesmo ano.

NARCOGARIMPO E (IN)SEGURANÇA NA AMAZÔNIA

O mapa a seguir representa a distribuição das facções criminosas na Amazônia Legal. Observa-se uma predominância do CV e PCC no estado roraimense, indicando que essas facções desempenham um papel relevante na estruturação das atividades ilícitas associadas ao narcogarimpo.

Figura 1– Mapa dos municípios com presença de facções criminosas na faixa de fronteira da Amazônia Legal



Fonte: Instituto Mãe Crioula; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

NARCOGARIMPO E (IN)SEGURANÇA NA AMAZÔNIA

A análise do mapa permite perceber que ainda que outras organizações também apareçam no território, sua presença ocorre em menor escala, sugerindo uma configuração hierarquizada. Também se identifica a existência de territórios compartilhados entre o CV e PCC, sugerindo sobreposição de áreas de influência e possíveis dinâmicas de cooperação ou disputa.

2. Segurança a partir de Paul Amar

Paul Amar (2013) oferece uma crítica contundente à abordagem tradicional de segurança, especialmente no contexto dos países do Sul Global. Para o autor, a segurança não deve ser vista apenas como uma reação estatal diante de ameaças externas, mas como um campo político no qual o Estado, frequentemente, atua de forma repressiva, aprofundando desigualdades e violências estruturais.

Em seus estudos sobre o Rio de Janeiro, Amar (2013, p. 8) analisa as operações militares nas favelas como exemplo de uma política de segurança baseada na repressão, no racismo institucional e na criminalização da pobreza. A Polícia Militar, segundo ele, atua com extrema violência, enquanto a Polícia Civil é acusada de práticas de tortura e corrupção. Ainda assim, grande parte da população urbana reside nas favelas, frequentemente estigmatizadas pela sociedade como territórios violentos.

Nesse cenário, Amar destaca a atuação de movimentos sociais, religiosos e políticos incluindo católicos, evangélicos, organizações de esquerda e coletivos de direitos humanos que promovem formas alternativas de ocupação e resistência nesses territórios, buscando reformar o sistema de segurança pública. Entretanto, a militarização dessas áreas, longe de resolver os problemas, agravou os conflitos, mostrando que o uso da força intensifica a violência em vez de mitigá-la.

Essa crítica também se aplica ao contexto amazônico. A militarização da região e a criminalização dos pequenos garimpeiros, sob a lógica da securitização, revelam-se insuficientes para conter o narcogarimpo e o avanço das facções criminosas. Amar argumenta que, ao ignorar as causas estruturais da criminalidade como pobreza, desigualdade, falta de acesso à educação e marginalização social, o Estado contribui para a perpetuação da violência.

NARCOGARIMPO E (IN)SEGURANÇA NA AMAZÔNIA

Assim, sua teoria propõe uma abordagem mais holística e transformadora, centrada na justiça social, na dignidade humana e na proteção das populações vulneráveis. Portanto, diante da complexidade do narcogarimpo, é fundamental superar a lógica puramente repressiva e desenvolver políticas públicas que enfrentem os fatores estruturais que alimentam o problema. A teoria crítica de Paul Amar oferece ferramentas analíticas importantes para repensar a segurança na Amazônia.

Nesse contexto, a teoria crítica de Paul Amar (2013) denuncia a atuação dos chamados Estados de Segurança Humana. Segundo ele, esses Estados alegam proteger grupos vulneráveis, mas operam com base em quatro lógicas: moral, individual, social e territorial. Paul Amar, discute que a lógica moral opera através da regulação da sexualidade, moral e cultural. A lógica individual foca no direito, na propriedade privada e na identidade das minorias. A lógica social refere-se às estruturas coletivas e voltadas para classes marginalizadas. Por fim, a lógica territorial centrada na possessividade e no papel central das forças armadas (Amar, 2013).

Paul Amar, ao longo de sua obra, apresenta críticas a esse tipo de Estado de Segurança Humana. Para ele, esse modelo reproduz formas militarizadas de repressão social e utiliza o argumento da pacificação para justificar ações militares em áreas marginalizadas, ações marcadas por ocupação, vigilância e controle sobre populações vulneráveis (Amar, 2013). No contexto do narcogarimpo, pode-se observar o caso de Miguel, um jovem venezuelano que, ao buscar abrigo com outros migrantes, foi tratado como criminoso, exposto publicamente e lançado a uma prisão onde foi cooptado por uma facção (Instituto Humanitas Unisinos, 2023). Ou seja, o indivíduo migrante em condição vulnerável que foge da lógica do cidadão moral tradicional é marginalizado e repreendido mesmo sem ter envolvimento com atividades ilícitas. Esse exemplo demonstra como o paramilitarismo usa o discurso pacificador para justificar exclusão e repressão contra indivíduos que fogem à lógica moral do Estado, alimentando o ciclo das práticas ilegais do narcogarimpo.

Amar também discute que essa militarização só protege sujeitos que se encaixam no padrão moral do Estado: homens brancos, empresários, políticos, fazendeiros tradicionalmente vistos como “cidadãos de bem”. Enquanto isso, pobres, migrantes, negros e mulheres são tratados como reprodutores da violência e ameaças à ordem social.

NARCOGARIMPO E (IN)SEGURANÇA NA AMAZÔNIA

Ademais, o autor (Amar, 2013, p. 16) discute que a lógica da territorialidade despolitiza as causas reais da violência, tratando os sujeitos afetados como problemas, e não como vítimas da desigualdade estrutural e da ausência de políticas públicas. As pessoas que trabalham no garimpo são, em sua maioria, pobres, oriundas de cidades vulneráveis e que dependem da atividade, bem como da prostituição nos acampamentos. Jovens migrantes e indígenas são aliciados pelas promessas do narcogarimpo. As organizações criminosas se aproveitam dessa vulnerabilidade para integrá-los às suas atividades, enquanto o Estado os reprime sem resolver os problemas estruturais que os levaram até ali nem desarticula as redes empresariais que comandam o narcogarimpo.

Nesse sentido, a dinâmica do narcogarimpo na TIY também evidencia uma contradição central da atuação estatal na Amazônia: ao mesmo tempo em que o Estado se mostra historicamente ausente na garantia de direitos sociais, proteção territorial contínua e políticas estruturantes para a região, manifesta-se de forma intensa por meio de operações militares, ações repressivas e dispositivos de controle territorial. Ou seja, não se trata de uma simples ausência do Estado, mas de uma presença seletiva e desigual, concentrada sobretudo em estratégias de securitização e contenção. Essa atuação fragmentada contribui para a reprodução de vulnerabilidades sociais e econômicas que alimentam o próprio narcogarimpo, especialmente entre populações migrantes, trabalhadores precarizados e comunidades indígenas expostas à violência territorial. A militarização não surge como oposição ao abandono estatal, mas como uma de suas formas de manifestação, marcada pela priorização do controle e da repressão em detrimento de políticas permanentes de saúde, educação, proteção ambiental e fortalecimento das autonomias locais.

Dessa forma, a teoria crítica de Paul Amar oferece uma lente fundamental para compreender as complexas dinâmicas de poder, repressão e seletividade que operam no contexto do narcogarimpo na TIY. Ao denunciar a lógica dos Estados de Segurança Humana e das formações paraestatais, Amar revela que a segurança, longe de ser neutra ou universal, está imersa em disputas morais, raciais, territoriais e econômicas. A repressão seletiva aos pequenos agentes, o espetáculo midiático das operações e a convivência institucional com elites e redes criminosas não são desvios do sistema, mas parte de seu próprio funcionamento.

NARCOGARIMPO E (IN)SEGURANÇA NA AMAZÔNIA

3. Perspectiva indígena de segurança humana

A teoria da segurança humana discutida por Paul Amar (2013) permite analisar o narcogarimpo como um fruto da segurança baseada na repressão estatal, alianças paraestatais e exclusão social. As comunidades indígenas são os maiores representantes da falha desse modelo de segurança. Determinados grupos sociais como os povos indígenas sofrem as consequências da presença ostensiva militar na Amazônia. Segundo de Souza e Ferreira (2024) esse contato entre o Estado e os povos pode ser compreendido como uma forma de colonialidade militarizada: colonial em seus métodos e militarizada em sua implementação. Em contextos de governos militarizados, observa-se uma intensificação deliberada de rupturas com os direitos e a proteção dos povos indígenas, ao mesmo tempo em que se sustentam projetos de expansão de caráter neoliberal. Essa dinâmica pode ser observada através do Governo do ex-presidente Jair Bolsonaro que tentou durante todo seu mandato (2019 a 2022) promover o avanço do garimpo nesses territórios, diminuindo a presença dos órgãos ambientais e ignorando a luta dos povos indígenas (de Souza, Ferreira, 2025; Brasil de Fato, 2022).

O extrativismo predatório ocasiona invasões, conflitos armados e intimamente se relaciona com demandas de rotas do ouro para comércios internacionais (de Sousa; Ferreira, 2025). As comunidades indígenas estão no centro dessas disputas, sofrendo ativamente com as violências do narcogarimpo. Existem relatos de garimpeiros embriagados invadindo casas e assediando mulheres, e de gritos de ameaça durante encontros furtivos no rio (Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2022). Enquanto isso as comunidades desenvolvem estratégias de resistência e proteção de seu território e modo de vida, em contraposição a uma constante recusa do Estado brasileiro em implementar políticas que efetivamente garantam o cumprimento de dispositivos jurídicos e normativos destinados a assegurar os direitos da população indígena da TIY (de Sousa; Ferreira, 2025).

Além disso, é importante destacar que a segurança humana para a população indígena da TIY vai além do território, mas engloba a cultura, a vida e a autonomia comunitária. A obra de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015) *A Queda do céu* evidencia a contraposição da cosmovisão Yanomami, com possibilidade de diálogo com a segurança paramilitar abordada por Paul Amar. Para os Yanomami a segurança vai além da ausência da violência e da defesa

NARCOGARIMPO E (IN)SEGURANÇA NA AMAZÔNIA

da “soberania nacional”, a segurança é sustentada a partir do equilíbrio entre o corpo, a comunidade e a Terra, o mundo como floresta fecunda, transbordante de vida, a terra como um ser com coração que respira (Kopenawa; Albert; 2015).

A TIY não é apenas um espaço físico, mas um elemento vital para os povos Yanomami e Ye’kwana, como afirma Kopenawa: “Não pensem que a floresta é vazia. Embora os brancos não vejam, vivem nela multidões de espíritos, tantos quantos animais de caça (...)” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 118). Na perspectiva Yanomami a floresta é vista como um elemento essencial para existência do mundo físico e cosmológico. Portanto, a contínua destruição da terra, a militarização e o narcogarimpo, não são apenas uma ameaça ambiental, mas representam uma ruptura cosmológica, que ameaça a existência dos próprios Yanomami e Ye’kwana e por fim podem gerar *a queda do céu*.

Além disso, o narcogarimpo destruiu os meios de vida das comunidades, como afirmam as lideranças do Palimiu, comunidade localizada no interior da TIY às margens do rio Uraricoera, para eles antes da invasão “a pescaria era boa, a caça era boa, mas agora não, o rio está contaminado (xami) e a caça emagreceu (yaropë romihipë)” (Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye’kwana, 2022, p. 36). Eles descreveram as áreas degradadas pela atividade, tanto na margem do rio, quanto no interior da floresta, que antes faziam parte da sua área de uso cotidiano e que hoje não podem mais ser acessadas pelas famílias.

Fora as ameaças cotidianas, as mortes, os abusos e as doenças, outro grande problema foi a introdução das drogas e bebidas alcóolicas que causaram grande desestruturalização nas comunidades. Essas substâncias viraram moedas de troca para os garimpeiros, que aliciam os indígenas com a promessa de pagá-los com essas substâncias (Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye’kwana, 2022)

Nesse sentido, para além da violência física e territorial há uma fragmentação nos meios de vida da comunidade, no enfraquecimento da identidade cultural e na desestruturalização dos povos indígenas. Sendo assim, a visão paraestatal de combater o narcogarimpo com a militarização, torna-se insuficiente para proteger as condições de vida, a autonomia e a integridade cultural das comunidades indígenas, exigindo abordagens que considerem suas

NARCOGARIMPO E (IN)SEGURANÇA NA AMAZÔNIA

práticas tradicionais de proteção, participação nas decisões e políticas públicas estruturantes voltadas à justiça social e ambiental.

Conforme argumenta Paul Amar (2013) o Estado prioriza respostas militares, mas atuando de forma seletiva, apoiando certos interesses da defesa e reproduzindo desigualdades. No contexto da TIY, isso evidencia que a militarização e as políticas paraestatais não apenas falham em conter o narcogarimpo, como também aprofundam a vulnerabilidade das comunidades, que por sua vez buscam formas alternativas de resistência.

A luta dos povos Yanomami e Ye'kwana se reflete também no âmbito internacional, a partir de uma série de denúncias, de caráter propositivo, apresentadas em instituições e a seus membros signatários, como o Brasil. Destacando-se o encontro entre representantes Yanomami e da Organizações das Nações Unidas (ONU) em Genebra, na Suíça, durante a 50ª sessão do Conselho de Direitos Humanos (de Sousa; Ferreira, 2025). Buscando garantir a proteção da TIY e implementar políticas efetivas que assegurem os direitos humanos das comunidades indígenas frente à invasão de garimpeiros e à violência associada ao narcogarimpo.

Chama-se a atenção para a criação de Organizações Representativas, como a Hutukara, que significa “a parte do céu onde a terra nasceu”, criada em 2004 por indígenas Yanomami de 11 regiões a fim de defender seus direitos e administrar seus próprios projetos (Survival Brasil, s. d.). Os Yanomami na Venezuela também formaram sua própria organização em 2011, chamada Horonami. Outros Yanomami de outras regiões dos dois países criaram organizações semelhantes (Survival Brasil, s. d.)⁶.

A organização Hutukara tem trabalhado a partir de uma visão holística da proteção territorial, a partir do monitoramento territorial, a comunicação para dentro e para fora da terra indígena, e a defesa de direitos humanos em âmbito nacional e internacional (Hutukara, s. d.). Essas estratégias evidenciam uma articulação que transcende o âmbito local, alcançando

⁶ Segundo o Instituto Socioambiental (ISA, s.d.), a partir dos processos históricos de contato e das pressões territoriais, consolidaram-se diversas organizações indígenas Yanomami e Ye'kwana voltadas à defesa de direitos e do território. Entre as principais, destacam-se a Hutukara Associação Yanomami (HAY), a URIHI – Associação Yanomami, a Associação Wanasseduume Ye'kwana (SEDUUME) e a Associação do Povo Ye'kuana do Brasil (APYB). Além dessas, há organizações regionais mais amplas, como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e a Organização dos Povos Indígenas de Roraima (OPIRR). Ressalta-se que os levantamentos do ISA possuem caráter dinâmico, sendo constantemente atualizados conforme a atuação das organizações em diferentes escalas.

dimensões internacionais, o que reafirma a autonomia política e organizativa do povo Yanomami frente às estruturas estatais e às dinâmicas do narcogarimpo.

Sendo assim, se por um lado os moldes atuais das Relações Internacional e do Direito Internacional possuem limitações prejudicados por uma dificuldade sistemática de abordar questões relacionadas aos povos indígenas. Por outro, ao incorporar as epistemologias indígenas e reconhecer as formas outras de territorialidade, organização social e relação com a natureza na temática de segurança (tão cara para o campo) pode-se abrir espaço para alternativas teóricas capazes de enfrentar os desafios globais contemporâneos.

Uma ação recente de iniciativa conjunta do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Funai, ISA e Hutukara, demandada pelos povos Yanomami e Ye'kwana durante o processo de desintrusão iniciado em 2023 foi o Programa Piloto de Formação em Monitoramento Territorial Colaborativo e Noções Técnicas de Segurança da Terra Indígena Yanomami, criado em 2024 pelo MPI (Brasil, 2025).

Cumprе ressaltar que a oficina opera com uma distinção entre vigilância indígena de fiscalização estatal. A vigilância se trata do monitoramento pelo grupo indígena do seu território, por meio de atividades que já fazem parte do seu cotidiano; noutro giro, a fiscalização é a aplicação exclusiva pelo Estado de uma norma jurídica referente à proteção da Terra Indígena, que envolve ações de comando e controle (Brasil, 2025). O programa evidencia que a proteção territorial não pode ser compreendida apenas como exercício coercitivo do Estado, mas também como prática coletiva, cotidiana e situada de cuidado com o território, os corpos e os modos de vida indígenas.

O desenvolvimento do Programa Piloto visa uma capacitação que combina conhecimentos técnicos sobre sensoriamento remoto, protocolos de segurança e operação de veículos aéreos não tripulados com as práticas locais de vigilância já exercidas pelas comunidades Yanomami e Ye'kwana. O programa foi desenvolvido em quatro etapas: 1) a primeira oficina teve como foco o Monitoramento Colaborativo e a Vigilância Indígena, enfatizando o uso do Sistema de Alertas, ferramenta desenvolvida pelas associações Yanomami em parceria com o ISA e posteriormente incorporada ao programa; 2) a segunda etapa concentrou-se no nivelamento técnico e nos protocolos de segurança; 3) a terceira oficina

NARCOGARIMPO E (IN)SEGURANÇA NA AMAZÔNIA

abordou o uso de meios aéreos e drones; 4) o quarto módulo se dedicou na elaboração de planos regionais de vigilância indígena (Brasil, 2025).

A oficina sobre meios aéreos e drones realizada na TIY evidencia um deslocamento importante nas estratégias de proteção territorial na Amazônia: em vez de compreender os povos indígenas apenas como destinatários passivos de políticas de segurança, a iniciativa os reconhece como sujeitos centrais na produção cotidiana de vigilância, conhecimento territorial e defesa socioambiental. Nesse sentido, a utilização de drones não substitui os saberes indígenas sobre o território, mas opera como ferramenta complementar que potencializa formas historicamente construídas de monitoramento e proteção territorial.

A consolidação dessa iniciativa pôde ser observada posteriormente com a conclusão do primeiro ciclo do Projeto de Formação em Monitoramento Territorial Colaborativo Yanomami e Ye'kwana. O MPI informou a certificação de mais de quarenta indígenas Yanomami das regiões de Palimiú e Maloca Paapiú, evidenciando a ampliação e institucionalização gradual da política de vigilância indígena iniciada durante o processo de desintrusão da TIY (Brasil, 2026).

A nova etapa do projeto reforça que o monitoramento territorial colaborativo não se restringe ao uso instrumental de tecnologias, mas constitui um processo mais amplo de formação política, técnica e territorial. A vigilância indígena vem sendo concebida como prática permanente de gestão territorial e proteção coletiva, articulando conhecimentos técnicos, segurança comunitária e defesa do usufruto exclusivo da terra indígena (Brasil, 2026).

Além disso, a participação de diferentes instituições (como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, a Hutukara Associação Yanomami, o Instituto Socioambiental, a Universidade Federal de Roraima, a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia) evidencia a constituição de uma rede multissetorial voltada à proteção territorial indígena (Brasil, 2026). Contudo, mesmo diante da incorporação de novas tecnologias e protocolos institucionais, a legitimidade do programa continua assentada na centralidade das próprias comunidades Yanomami e Ye'kwana, que permanecem como protagonistas da produção cotidiana de conhecimento territorial, circulação de informações e vigilância da terra indígena (Brasil, 2026).

A experiência revela, portanto, como tecnologias de vigilância podem ser apropriadas em chave contra-hegemônica quando articuladas às demandas e à autonomia dos próprios povos

NARCOGARIMPO E (IN)SEGURANÇA NA AMAZÔNIA

indígenas. Em um contexto marcado pelos impactos históricos do narcogarimpo, pela presença de invasores e pela violência territorial intensificada nas últimas décadas, a formação fortalece a capacidade das comunidades de produzir registros, identificar ameaças e comunicar informações qualificadas aos órgãos públicos, reduzindo sua exposição direta a situações de risco.

Considerações finais

A militarização da TIY, legitimada pelo discurso da securitização, revela mais do que um simples esforço estatal de combate ao narcogarimpo, mas expõe a atuação seletiva, moralizada e territorializada de um Estado que reproduz lógicas coloniais e paraestatais ao invés de enfrentar as causas estruturais da violência.

O narcogarimpo na TIY revela os limites e falhas das abordagens estatais de segurança baseadas na repressão e na militarização. Embora o Estado busque controlar o território por meio de ações militares e operações ostensivas, essas estratégias não conseguem proteger efetivamente as comunidades indígenas e, ao contrário, aprofundam desigualdades, vulnerabilidades e a marginalização social. A população da TIY enfrenta a degradação ambiental, a perda de seus meios de subsistência, a fragmentação de suas práticas culturais e a desestruturação comunitária, demonstrando que a violência não se restringe à dimensão física, mas se manifesta em múltiplos aspectos de sua vida cotidiana.

Portanto, políticas repressivas ou militarizadas são insuficientes para conter o narcogarimpo e suas consequências estruturais. É necessário implementar políticas públicas integradas, que promovam a justiça social, respeitem a autonomia indígena e contemplem a preservação ambiental e cultural, garantindo a efetiva proteção das comunidades afetadas e fortalecendo suas capacidades de resistência e autogestão. Somente assim será possível enfrentar de forma sustentável os impactos do narcogarimpo, rompendo o ciclo de vulnerabilidade e violência que caracteriza a relação entre Estado, comunidades indígenas e economia ilegal.

No âmbito da TIY, nota-se que os impactos ultrapassam a dimensão material, mas implicam na dimensão cosmológica, cultural e sobrevivência de seus povos. A devastação

NARCOGARIMPO E (IN)SEGURANÇA NA AMAZÔNIA

ambiental, a contaminação dos rios, a perda de meios de subsistência, a violência física e cultural, bem como o colapso social provocado pelo acesso a drogas e álcool revelam que as consequências do narcogarimpo configuram um ataque à vida, à autonomia e às cosmologias Yanomami e Ye'kwana. Logo, a destruição do território não representa apenas uma ameaça ambiental à região amazônica, mas uma ruptura com a própria existência coletiva das populações indígenas, como demonstrado nas epistemologias indígenas.

Além disso, evidencia-se que para além das disputas territoriais e dos recursos minerais, a TIY desafia a lógica capitalista e colonial de apropriação do espaço. A TIY constitui uma forma distinta de territorialidade, baseada em saberes ancestrais, que produz concepções alternativas de justiça social, proteção da vida e organização comunitária.

As populações indígenas da TIY tem buscado se articularem e criar alternativas de resistência à crise criada pelo narcogarimpo. A articulação internacional, o monitoramento territorial, a produção de denúncias e a defesa dos direitos originários constituem formas próprias de enfrentamento e reafirmam o protagonismo indígena na proteção da floresta e na reivindicação de políticas públicas.

Dessa forma, o enfrentamento do narcogarimpo exige uma abordagem multilateral que supere a lógica estritamente militar e considere a complexidade social, econômica e política do fenômeno. É necessário um projeto de Estado que integre justiça social, proteção ambiental e respeito às cosmologias indígenas, garantindo a sobrevivência e a autonomia dos povos originários e a preservação da Amazônia.

Dessa forma, o caso da TIY demonstra que os povos indígenas não podem ser compreendidos apenas como vítimas da violência produzida pelo narcogarimpo e pela militarização da Amazônia, mas também como sujeitos ativos na formulação de outras racionalidades de segurança, proteção territorial e defesa da vida. As experiências de monitoramento colaborativo, vigilância indígena e articulação política nacional e internacional evidenciam a construção de práticas de segurança fundamentadas na autonomia comunitária, na relação cosmológica com o território e na produção coletiva de conhecimento. Nesse sentido, as epistemologias indígenas não aparecem apenas como objeto de proteção estatal, mas como fonte de alternativas concretas aos modelos securitários centrados exclusivamente na repressão, oferecendo caminhos para repensar a própria noção de segurança na Amazônia contemporânea.

NARCOGARIMPO E (IN)SEGURANÇA NA AMAZÔNIA

Referências

AMAR, Paul. **The Security Archipelago: Human-Security States, Sexuality Politics, and the End of Neoliberalism**. Durham; London: Duke University Press, 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 780, de 25 de maio de 1992**. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, nos Estados de Roraima e Amazonas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, p. 6457, 26 maio 1992. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=780&ano=1992&ato=5aCqXVE5kMRpWTf97>. Acesso em: 26 out. 2025.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. **MPI finaliza oficina de monitoramento com drones na TI Yanomami**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2025/09/mpi-finaliza-oficina-de-monitoramento-com-drones-na-ti-yanomami>. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. **Projeto de Formação em Monitoramento Territorial certifica mais de 40 indígenas Yanomami**. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2026/04/projeto-de-formacao-em-monitoramento-territorial-certifica-mais-de-40-indigenas-yanomami>. Acesso em: 14 mar. 2026.

BRASIL DE FATO. **Bolsonaro estimulou avanço de garimpeiros sobre os Yanomami: relembre casos e declarações**. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/06/bolsonaro-estimulou-avanco-de-garimpeiros-sobre-os-yanomami-relembre-casos-e-declaracoes/>. Acesso em: 06 dez. 2025.

CHAGAS, Rodrigo P. O “Narcogarimpo” na Terra Indígena Yanomami. **Boletim de Análise Político-Institucional**: dinâmicas da violência na região norte, Brasília, DF: Ipea, n. 36, p. 91-100, jan. 2024.

CHAGAS, Rodrigo. Narcogarimpo: las afinidades electivas entre los frentes de minería ilegal y la expansión del narcotráfico en la Amazonia Brasileira. **URVIO, Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad**, n. 38, p. 32-48, 30 jan. 2024.

DE SOUSA, Nathalia Williany Lopes; FERREIRA, Marcos Alan. Colonialidade militarizada: a crise em terra indígena Yanomami como processo histórico de uma violenta construção de Estado. **Revista Latinoamericana Estudios de la Paz y el Conflicto**, v. 6, n. 12, p. 42-57, 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na região amazônica**: relatório final. São Paulo: FBSP, 2022.

NARCOGARIMPO E (IN)SEGURANÇA NA AMAZÔNIA

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia**. 4.ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/289>. Acesso em: 5 abr. 2026.

G1. **Massacre de 33 presos dentro da penitenciária de RR completa quatro anos e inquérito segue aberto**. Roraima, 6 jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/01/06/massacre-de-33-presos-dentro-da-penitenciaria-de-rr-completa-quatro-anos-e-inquerito-segue-aberto.ghtml>. Acesso em: 20 de jan. 2025.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI; ASSOCIAÇÃO WANASSEDUUME YE'KWANA. **Yanomami sob ataque**: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo. 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yanomami-sob-ataque-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-yanomami-e-propostas-para>. Acesso em: 31 mar. 2025.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI. **Proteção territorial**. s. d. Disponível em: <https://hutukarayanomami.org/protecao-territorial/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Terra Indígena Yanomami**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4016>. Acesso em: 15 nov. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Organizações Indígenas**. São Paulo: ISA, [s.d.]. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/organizacoes>. Acesso em: 31 mar. 2026.
MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime organizado**: aspectos gerais e mecanismos legais. São Paulo: Atlas, 2016.

SURVIVAL BRASIL. **Yanomami**. Disponível em: <https://survivalbrasil.org/povos/yanomami>. s. d. Acesso em: 11 nov. 2025.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.